

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA - GERAL
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 11 DE OUTUBRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA - GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei nº 4.319 de 16 de março de 1964, pela Medida Provisória nº 259, de 22 de julho de 2005, bem como pela Portaria/SG/PR nº 56, de 09 de agosto de 2005, e **dando cumprimento a decisão unânime do Colegiado em sua 166ª reunião ordinária, RESOLVE:**

Art. 1º Constituir com fulcro nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, Comissão Especial com o objetivo de dar continuidade as atividades desenvolvidas pela Comissão constituída pela Resolução nº 20/2004/CDDPH, acompanhando os desdobramentos do assassinato do Prefeito de Campinas ANTONIO DA COSTA SANTOS, mais conhecido por "*Toninho do PT*", como também com o objetivo de fazer o acompanhamento das apurações do homicídio praticado contra o Prefeito de Santo André, CELSO DANIEL.

Art. 2º A Comissão Especial terá a seguinte composição:

- I. HUMBERTO PEDROSA ESPINOLA - Representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Relator);
- II. JOSÉ EDÍSIO SIMÕES SOUTO - Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- III. PAULO GALVÃO - Representante do Ministério Público Federal;
- IV. MARINA DA SILVA STEINBRUCH - Representante da Defensoria Geral da União - DPU;
- V. JOSÉ SILVESTRE GORGULHO - Representante da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

Parágrafo Único - Poderão ser convidados a prestarem colaboração à Comissão Especial: legistas, peritos e outros profissionais cujas habilidades e competências sejam necessárias ao bom desempenho das atividades por ela desenvolvidas.

Art. 3º A Comissão Especial exercerá suas atividades por (120) cento e vinte dias, prorrogável pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, apresentando relatórios parcial e final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Art. 4º Tornar público que, nos termos e para efeitos dos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, a Comissão poderá, sob as penas da lei, determinar as diligências que reputar necessárias, tais como: tomar depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais, ou municipais, inquirir testemunhas e requisitar das repartições públicas informações e documentos.

Art. 5º A Subsecretaria de Direitos Humanos, o Departamento de Polícia Federal e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal prestarão à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.


LUIZ SOARES DULCI